



CONVERGÊNCIA AMPLA DE SALVAÇÃO DE ANGOLA-COLIGAÇÃO ELEITORAL

CASA-CE

GRUPO PARLAMENTAR

DECLARAÇÃO POLÍTICA

(Luanda, 24 de Junho de 2019)

- Excelência Senhora Presidente em exercício da Assembleia Nacional
- Excelentíssimo Senhor Provedor da Justiça
- Excelentíssimo Senhor Provedor da ERCA
- Ilustre Senhores Convidados,
- Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Antes de mais, venho, em nome do Grupo Parlamentar da CASA-CE e em meu nome, aproveitar, nesta tribuna, felicitar a senhora jornalista Maria Luísa Rogério, pela sua eleição á membro da comissão Executiva da federação Internacional de jornalistas, ocorrido no passado dia 20 de junho, no decurso do 30º Congresso desta maior associação de jornalista do Mundo, que teve lugar em Tunis.

Excelências, a República de Angola é, nos termos constitucionais, um Estado Democrático de direito, baseado na dignidade da pessoa humana e que visa a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e solidária.

É um estado comprometido a promover e defender os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos bem como a criação de mecanismo que garantam a

efetivação destes direitos e liberdade- A própria Assembleia Nacional, o Executivo, os órgãos judiciais e outros órgãos e justificações.

No entanto, são estes direitos e liberdades fundamentais, que são quase permanentes violados e os mecanismos de garantias quase incapacitados de agirem em tempos útil e caírem mesmo no conformismo com a situação.

Casos de violação, a título de exemplificativo, nomeio:

- Os casos que ocorrem nas zonas de diamante, mormente no leste do país
- Esbulhos de terrenos de pacatos cidadãos, indefesos,
- Demolições arbitrárias de residências de cidadãos e sua deslocação para zonas periféricas longínquas do seu habitat.
- Certas execuções extra judiciais de certos cidadãos que se encontra em exercício dos seus direitos como são casos do Eng Hilbert Nganga, hoje patrono da juventude patriótica angolana da CASA-CE, o adolescente Rufino, que defendia a não demolição da sua residência de seus pais, zungueira cafrico, em defesa de seu filho, entre outros tantos casos que configuram violação dos Direitos Humanos.

Hoje, o plenário da Assembleia Nacional, aprecia o Relatório de atividades elevadas a cabo pelo provedor da Justiça. Uma instituição que é uma das garantias administrativas para a eficácia dos direitos e liberdade dos cidadãos. É esta provedoria onde os cidadãos, vendo seus direitos ou legítimos interesses violados pelas autoridades pública, recorrem, apresentando queixa ante os abusos de poder e intransigências de autoridades administrativas.

Porem, é esta instituição atribuída tamanhas responsabilidades, colocada numa posição elevada na hierarquia do Estado, que ainda não é compreendida por algumas entidades da Administração Pública, esquivam-se, ignoram, a necessária cooperação com o Provedor de Justiça.

Não tendo meios necessários nem autonomia financeira, o Provedor de Justiça torna-se incapaz de realizar cabalmente a sua nobre missão e, em consequência, o desamparo e ineficiência das garantias dos direitos fundamentais. Aliás, o art.º 205º da Constituição da República de Angola, torna bem claro a fragilidade ou mesmo, a irrelevância das garantias dos direitos, bem como a determinação das restrições ao exercício de direitos.

Ainda nesta senda, no Estado Democrático de Direito, os meios de comunicação públicos e privados, desempenham um papel importante no seu papel de divulgação de informações e serviços noticiosos. É de gigantesco poder que muitas das vezes, o poder político controla este sector de comunicação social considerado como um lugar central de formação da opinião pública.

Daí a criação da Entidade Reguladora da comunicação Social em Angola (ERCA) que lhe foram atribuídas importantes tarefas das quais, garantir que os conteúdos difundidos pelos meios de comunicação social se pautem por critérios rigorosos, que correspondam às boas práticas do jornalismo, a isenção, o rigor e a imparcialidade.

Nestes termos, não se entende, por que razão a ERCA, responsável pela regulação e supervisão dos conteúdos produzidos e difundidos pelos órgãos de comunicação social, continua órfã de condições elementares de trabalho para o seu pleno funcionamento. A ERCA foi criada para responder aos desafios presentes de uma Angola mais plural, inclusiva, aberta para si mesma e para o mundo. Face a estas deficiências, e porque ainda nada regulou, nem sequer as suas disputas internas, manteve-se impávida e serena ante aos péssimos serviços públicos prestados pela nossa TPA e a TV ZIMBO, que dedicaram mais de metade de tempo dos serviços noticiosos à cobertura do Congresso do Partido da situação.

O povo angolano clama que a ERCA cumpra o seu papel regulador e supervisor e não um poiso que acomode meia dúzia de indivíduos sem mais inovações.

Tenho dito muito obrigado.